

UMA LIÇÃO DE HUMANIDADE

Vera Lúcia Vasconcelos Barbosa*

Quem diria: lá se foram trinta anos!

Tudo começou numa tarde de sábado quando, depois de prestar uma prova de concurso público para Fiscal de Rendas da Receita Federal, em São Paulo, eu retornava a Campinas no ônibus fretado que nos transportava. O organizador da excursão sentou-se na cadeira ao meu lado e, durante o bate papo, entregou-me um panfleto e profetizou: “eis aqui o seu futuro”.

Displícitemente, enrolei o papel e o coloquei na bolsa, sem prestar atenção. Em casa, vi que noticiava a abertura de concurso público para ingresso como servidor público no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que estava sendo instalado em Campinas.

O prazo para a inscrição encerrar-se-ia em uma semana, e as provas aconteceriam dentro de um mês. Inscrevi-me sem qualquer pretensão e concorri com inúmeros candidatos. Para minha surpresa, classifiquei-me dentre os dez primeiros colocados.

Desta forma ingressei no funcionalismo público, seara até então para mim desconhecida, porque oriunda da iniciativa privada.

Orgulhosamente, enquanto lotada na área administrativa, admito que minha experiência anterior foi muito importante para me ajudar a colocar os primeiros “alicerces” na edificação da potência em que se transformou o Tribunal.

Todavia, pouco tempo depois, pedi remoção para a então chamada Junta de Conciliação e Julgamento, hoje, Vara do Trabalho.

Foi então que descobri minha verdadeira vocação e me realizei como profissional e ser humano. Dediquei-me ao trabalho com paixão e garanto, sem pestanejar, que foram os melhores vinte e cinco anos de minha vida.

* Servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Na Vara do Trabalho está a verdadeira escola para os praticantes do Direito, porque é no contato com as pessoas que ele acontece.

No calor das emoções diárias somos obrigados a ter bom senso e a praticar o chamado “jogo de cintura” para enfrentar as mais inusitadas situações. Não basta o conhecimento teórico das leis, pois os ritos processuais são apenas figuras retóricas de códigos quando nos defrontamos com os conflitos humanos.

O ser humano é insondável!

Fato curioso e inesquecível me aconteceu enquanto lotada na 3ª Vara do Trabalho de Campinas.

Inexperiente no trato com o público e convicta de que as leis teriam o condão de resolver satisfatoriamente todas as situações, não dava a devida atenção ao atendimento do público no balcão, principalmente quando se tratava da parte reclamante.

Por estar sempre sobrecarregada de trabalho, conversas com reclamantes para tentar fazê-los entender o trâmite processual aborreciam-me sobremaneira. Assim, era automático repetir a mesma frase, como um autômato: “procure seu advogado”.

E foi isto que fiz, quando de segunda a quinta-feira de uma mesma semana, um homem alto, magro, olhos encovados, barba por fazer, chamava-me no balcão e repetia a mesma cantilena: “moça, a audiência do meu processo pode ser para amanhã?”

A audiência estava próxima, mas havia que ser respeitado o rito processual. No primeiro dia, tentei lhe explicar que não se poderia antecipar audiências unicamente a pedido de uma das partes. No final, já estava irritada e sequer olhava-o nos olhos.

Na sexta-feira ele não apareceu.

Alguns dias após, realizou-se a audiência. Como o fato ficara marcado em minha mente, tão logo terminado o pregão, entrei na sala de audiências para saber o resultado daquele processo.

Para minha surpresa, fora arquivado, justamente pela ausência do reclamante. Saí à procura do advogado da parte e o interpelei falando aos borbotões, porque estava indignada.

Com o gesto característico do dedo sob os lábios, o causídico me fez calar e contou que aquele reclamante era um homem desesperado, cheio de dívidas e com uma família para alimentar. Ele não entendia de termos e prazos processuais. Sua única esperança era um acordo trabalhista.

Naqueles dias em que viera ao cartório, estava sendo pressionado pelo seu pior credor. Não compareceu à audiência porque havia se suicidado naquela sexta-feira em que notei sua ausência.

Senti-me tão triste, tão impotente, tão incapaz que fiquei por alguns minutos catatônica.

Durante quatro dias, havia desperdiçado a oportunidade de uma palavra amiga, um olhar afetuoso, uma orientação carinhosa que talvez pudesse ter evitado aquele desenlace.

Foi uma dura lição dentre as muitas que aprendi durante minha carreira.

Quando se trabalha na Justiça do Trabalho não basta se ater à letra fria da lei. É primordial enxergar o próximo e batalhar para descobrir diuturnamente, quando na aplicação do Direito, os reais valores humanos que garantirão dignidade aos homens, não importando em qual lado da mesa estarão sentados na sala de audiências.